

Direito à educação e cotas no ensino superior: uma metapesquisa baseada em teses da área da educação (2012-2018)

*Right to education and quotas in higher education: a meta-research based on
theses in the field of education (2012-2018)*

*Derecho a la educación y cuotas en la educación superior: una metainvestigación
basada en tesis en el campo de la educación (2012-2018)*

ELIZABETH DA SILVA GUEDES¹

LAÉLIA PORTELA MOREIRA²

Resumo: O artigo apresenta uma metapesquisa em que foram analisadas 29 teses sobre ações afirmativas, defendidas em programas brasileiros de pós-graduação em educação. Fundamentada no Enfoque das Epistemologias em Política Educacional (EEPE), analisa as temáticas, os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos assumidos pelos autores, além de algumas críticas derivadas de suas pesquisas. Os resultados mostram o posicionamento majoritariamente favorável dos autores em relação à política de cotas em Instituições de Educação Superior públicas, argumentos em favor de sua manutenção e sugestões para aperfeiçoamento de sua concretização no interior das instituições.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Cotas; Lei 12.711/2012; Metapesquisa.

Abstract: *This paper presents a meta-research based on 29 doctoral dissertations on Affirmative Actions produced in Brazilian Graduate Programs in Education. Based on the Focus of Education Policy Epistemologies (EEPE), the themes, epistemological, theoretical, and methodological foundations assumed by the authors, and some criticisms derived from their research are analyzed. The results show the majority favorable position of the authors concerning the quota policy in public Higher Education Institutions, arguments in favor of its maintenance, and suggestions for improving its implementation within the institutions.*

Keywords: *Affirmative Action; Quotas; Law 12.711/2012; Meta-research.*

1 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9754-9336>. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)/Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (COPLADI), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8531-1059>. Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), Petrópolis, RJ, Brasil.

Resumen: *El artículo presenta una metainvestigación en la que se analizaron 29 tesis sobre Acciones afirmativas defendidas en programas de posgrado brasileños en educación. A partir del Enfoque de Epistemologías en la Política Educativa (EEPE), se analizan los temas, fundamentos epistemológicos, teóricos y metodológicos asumidos por los autores, así como algunas críticas derivadas de sus investigaciones. Los resultados muestran la posición mayoritariamente favorable de los autores sobre la política de cuotas en las Instituciones de Educación Superior públicas, argumentos a favor de su mantenimiento y sugerencias para mejorar su implementación dentro de las instituciones.*

Palabras clave: *Acción afirmativa; Cuotas; Ley 12.711/2012; Meta-investigación.*

INTRODUÇÃO

As políticas de ampliação do acesso à educação superior pública, cuja implementação teve início na primeira metade da década de 2000, por iniciativas da UERJ, UnB e UENF, vêm transformando gradativamente a educação superior no país, tornando os *campi* universitários mais plurais e diversificados, com destaque para a significativa presença de estudantes pretos e procedentes de escolas públicas, muitas vezes os primeiros da família a terem acesso à educação superior. Entretanto, além do acesso, merecem atenção os processos que ocorrem internamente às instituições, para garantir que a busca pela equidade não se restrinja à entrada, pois, como afirma Dubet (2015), além de ser necessário levar em conta as desigualdades internas, também importam a utilidade e o valor dos diplomas no mundo do trabalho.

McCowan (2011), argumentando em defesa da educação superior como um direito moral, sustenta que ninguém deveria ser injustamente impedido de ter acesso a esse nível educacional, e que procedimentos não discriminatórios de acesso são importantes, mas não são suficientes em si mesmos. Para este autor, a declaração, de 1998, da Conferência Mundial sobre Educação Superior, fornece uma base sólida para uma concepção de igualdade de acesso, com ênfase na proteção contra a discriminação, entrada na universidade em qualquer momento da vida e ação afirmativa para grupos específicos. No entanto, existem outras questões que precisam de atenção, como: a disponibilidade de vagas; o foco no mérito, que considera problemático, uma vez que sugere a seleção do “melhor” e não de todos os que são capazes de estudar no ensino superior; e, por último, a estratificação entre instituições, que desafia severamente a dimensão da horizontalidade (McCowan, 2016).

No caso do ensino superior brasileiro, a presença de estudantes que ingressaram na universidade por meio das políticas de democratização do acesso tem suscitado pesquisas e estudos sobre o assunto e demandado mudanças internas às instituições, visando não apenas ao acolhimento desses estudantes, mas também o acompanhamento de suas trajetórias, do ingresso à conclusão de seus cursos.

Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), a partir da análise das diferentes modalidades de ações afirmativas raciais que estiveram em vigor até o ano de 2012, observaram que nos anos anteriores à Lei Federal de Cotas, Lei 17.211/12³ (Brasil, 2012), já havia um movimento geral para tornar o corpo discente universitário mais representativo das características sociodemográficas da população, além da valorização da diversidade étnica entre as universidades e as diferentes regiões do país. Nesse contexto, cabe destacar o pioneirismo do artigo de Gomes (2001) no qual, em defesa das ações afirmativas, contrapõe a noção de igualdade material à concepção de uma igualdade puramente formal, que considera insuficiente. Na mesma direção, Piovesan (2005; 2008) analisa as ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos, conjuga o valor da liberdade ao valor da igualdade e aborda também três vertentes da concepção da igualdade: a formal, a material correspondente ao ideal de justiça social e distributiva e a que corresponde ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades.

Sobre isso, o que dizem os autores das teses analisadas nesta metapesquisa? Apresentam argumentos favoráveis? De que ordem? A partir de quais perspectivas epistemológicas e teóricas? Destacam experiências significativas? Apontam lacunas? O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo sistematizar, analisar e problematizar aspectos da produção de teses sobre esta política, defendidas em programas brasileiros de pós-graduação em educação, no período de 2012 a 2018, à luz do Enfoque das Epistemologias em Política Educacional (EEPE)⁴ e dos princípios da metapesquisa.

O texto está dividido em três partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentam-se as características e as etapas da metapesquisa. Na segunda, as informações relacionadas à seleção das teses e uma sistematização analítica das temáticas e dos fundamentos epistemológicos desses trabalhos. Na parte final são discutidos os posicionamentos dos autores em relação à política de cotas.

3 Em 13 de novembro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a atualização da Lei de Cotas para o ingresso no ensino superior. Publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2023 (p. 5, col.1), a nova Lei, Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023 (Brasil, 2023), altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o Ensino Médio ou o Ensino Fundamental em escola pública.

4 O EEPE é constituído pela perspectiva epistemológica, que consiste nas estruturas conceituais a partir das quais o pesquisador lê e constrói a realidade, como, por exemplo: o marxismo, o neo-marxismo, o pós-estruturalismo etc. O posicionamento epistemológico inclui os grandes quadros teóricos do campo; o *enfoque epistemológico* focaliza a consistência metodológica da pesquisa e que deve guardar coerência com a perspectiva e o posicionamento epistemológicos. (Autor, 2017).

UMA METAPESQUISA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS EM TESES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Toda pesquisa tem sua gênese na problematização de uma realidade complexa e responde a perguntas sobre o que se investiga, com quais finalidades e de que maneira se enfrentam os desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos, uma vez que a investigação é uma prática situada, cuja intencionalidade é crucial para a construção do conhecimento científico. Assim, ganham importância em nossas decisões científicas a fundamentação epistemológica, teórica, lógica e metodológica dos diferentes modos de fazer ciência social. No campo da pesquisa em política educacional, O EEPE é um esquema analítico conceitual que surgiu a partir da constatação da necessidade de aprofundamento sobre questões teóricas e epistemológicas da pesquisa do campo da Política Educacional. É um tipo de metapesquisa que, de acordo com Tonieto e Fávero (2020), constitui em uma proposta potente de análise de produção do conhecimento do campo, no intuito de identificar suas características epistemológicas, contribuindo para o seu fortalecimento.

Distinta dos estudos de revisão de literatura, estado do conhecimento ou estado da arte, a metapesquisa preocupa-se, mais diretamente, com a qualidade das investigações, o que inclui a análise de seus fundamentos teórico-epistemológicos, o papel da teoria na pesquisa e o nível de abstração alcançado pelos autores dos textos analisados, entre outros aspectos. É uma perspectiva ainda em construção, que vem sendo desenvolvida por pesquisadores vinculados à *Red Latinoamericana de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), com o objetivo de contribuir para consolidação desse campo (Mainardes, 2021).

De modo sintético, o percurso de uma metapesquisa inclui quatro etapas, desdobradas em diferentes procedimentos. A primeira, consiste na definição dos objetivos da pesquisa, do referencial teórico e da amostra dos textos que constituirão o *corpus/corpora* analítico da investigação; a segunda, inclui a organização e a sistematização dos textos, em planilhas, com os dados essenciais de cada trabalho a ser analisado; a terceira, trata da exploração dos textos selecionados, e, além dos aspectos mais descritivos já mencionados, trata da análise do nível de solidez da argumentação e dos níveis de abstração alcançados nos trabalhos analisados. Na quarta etapa, produz-se um relatório com a integração analítica dos dados obtidos nas etapas anteriores e com as conclusões da pesquisa. Cabe ressaltar que o objetivo da metapesquisa, como adverte Mainardes (2021), é possibilitar o aprofundamento de questões teórico-metodológicas do campo, visando à elaboração de novas teorias, conceitos e abordagens e não julgar individualmente o trabalho dos autores.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ESCOLHA DAS TESES

Constituída por teses defendidas na área da Educação em Cursos de Pós-Graduação avaliados pela CAPES com conceito igual ou superior a cinco, no período de 2012 a 2018, nossa análise foi feita com base em 29 teses selecionadas após várias etapas de busca e refinamento que incluíram, além da escolha da área do conhecimento e de avaliação, os descritores “ações afirmativas”, “cotas”, “reserva de vagas” e “Lei 12.711/2012”. Inicialmente foram encontradas 135 teses (59 teses com o descritor “ações afirmativas”; 51 teses com o descritor “cotas”; 10 teses com o descritor “Lei 12.711” e 15 teses com o descritor “reserva de vagas”).

Ao serem relacionadas as teses aos conceitos dos cursos, obteve-se uma relação contendo 112 teses defendidas em 26 diferentes IES com cursos conceituados acima de 5. Uma lista final foi obtida a partir a partir da leitura dos títulos, resumos e introduções das teses. Restaram 29 teses as quais foram numeradas de 1 a 29, mantendo-se esta numeração estável até o final da pesquisa⁵. Após definido o *corpus* da pesquisa, o próximo passo foi a leitura completa das teses selecionadas, acompanhada de um rigoroso sistema de anotações que resultou na elaboração de um conjunto de quadros e planilhas, contendo as teses (quando claramente enunciadas) e/ou hipóteses/objetivos/questões de pesquisa hipóteses, referenciais epistemológicos teóricos e procedimentos de geração e análise de dados, entre outras informações relevantes. As teses selecionadas para a pesquisa se encontram relacionadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Relação das Teses que compuseram o *corpus* da pesquisa

Numeração	TESE
1	Os “Intrusos” e os “outros” Quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes – 2006-2012. 2014. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
2	Raça e Classe nos Programas de Cotas e ou Reserva de Vagas para Ingresso no Ensino Superior Público Brasileiro. 2014. Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
3	Determinantes da equidade no ensino superior: uma análise da variabilidade dos resultados do ENADE no Desempenho de cotistas e não cotistas. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
4	Por Trás dos Muros da Universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da Ufes. 2014. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
5	Desigualdades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas: história e revelações do Programa UFGINCLUI Goiânia. 2014. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

5 Cabe informar que originalmente constavam do *corpus* da pesquisa 30 teses, entretanto como uma delas não estava disponível para *download* a relação final ficou com apenas 29 teses.

Quadro 1 - Relação das Teses que compuseram o *corpus* da pesquisa

Numeração	TESE
6	Ações Afirmativas na UFRGS: racismo, excelência acadêmica e Cultura do Reconhecimento. 2015. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
7	Invasão / ocupação da UFRGS: diálogo com docentes de cursos de licenciaturas sobre Programa de Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
8	Invisível, implícito e dissonante: percepções docentes da experiência de relações raciais à luz de Políticas Afirmativas em um curso de medicina. 2018. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
9	Dez Anos de Cotas na UFRGS: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
10	A escolha do curso de Medicina no contexto de implementação de políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior. 2018. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
11	Práticas Desenvolvidas na UFPR em relação aos Universitários Indígenas: entre a igualdade e a equidade. 2018. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
12	Política de Cotas para ingresso na Educação Superior Pública: 10 anos na Universidade Estadual de Goiás (2005-2015). 2016. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
13	Para Além dos Nascidos em Berço Esplêndido: narrativas docentes sobre o trabalho do professor no campo das políticas de ações afirmativas na UFMS. 2018. Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente), Presidente Prudente.
14	Educação e Sociedade: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas. 2014. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
15	A política de cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior. 2013. Doutorado em Educação (Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
16	Implementação da política de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
17	Implementação da Lei de Cotas em Três Universidades Federais Mineiras. 2018.. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
18	Políticas Afirmativas para Negros nas Universidades Federais entre 2002-2012: processos e sentidos na UnB, UFPR e UFBA. 2016. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
19	Desafios para permanência no ensino superior: um estudo a partir da experiência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). 2017. Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.
20	Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS: movimentos de re-existência. 26/07/2017. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
21	Afiliação Institucional e Intelectual de estudantes cotistas de cursos de alta demanda e seletividade social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte
22	Expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos estudantes cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia. 2016. Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
23	Educação Superior, Política de Cotas e Jovens: das estratégias de acesso às Perspectivas de Futuro. 2014. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
24	Lei de Cotas e SiSU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais. 2018. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Quadro 1 - Relação das Teses que compuseram o *corpus* da pesquisa

Numeração	TESE
25	A Política Afirmativa na Educação Superior: contributos e dilemas do sistema de cotas da Lei nº 12.711/2012. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
26	Políticas de Ação Afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014). 2017. Doutorado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
27	Políticas de Ingresso na Educação Superior Pública no Brasil: contextos, concepções, movimentos e processos seletivos em perspectiva. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
28	Rumo à universidade: percursos biográficos de jovens aprovados para cursos altamente seletivos da UFF. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
29	Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas: o caso da UFMG. 2017. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Participaram das pesquisas de tese, em conjunto, 23.552 estudantes (entre cotistas, não cotistas, ingressantes por outras modalidades, egressos e concluintes), 57 docentes, 42 gestores, 17 funcionários de pró-reitorias, 10 representantes de diversas categorias, como representantes do movimento negro e do movimento estudantil e 9 outros sujeitos, representantes de docentes e de técnicos-administrativos, de movimentos sociais e de conselhos superiores.

Pela riqueza dos dados (os gerados diretamente e os capturados em bases pré-existent) e pela quantidade e variedade de participantes das pesquisas analisadas, foi possível obter um panorama rico, diversificado e representativo das principais questões éticas e práticas, relacionadas à implementação dessa política de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro (Autoras, 2022).

TEMÁTICAS, FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, TEÓRICOS E ASPECTOS DA METODOLOGIA

Para a organização das temáticas, foram lidos os resumos e as introduções, seções em que, geralmente, são apresentados os objetivos/hipóteses e/ou teses e/ou questões de pesquisa. Quanto às perspectivas e posicionamentos epistemológicos e referências teóricas, como nem sempre os autores se posicionaram explicitamente nas seções citadas, as informações foram buscadas nos capítulos teóricos das teses ou mesmo em mais de um capítulo, quando necessário.

Como será possível observar a partir da leitura do quadro seguinte, não apenas os enfoques, mas também a forma como os autores enunciaram seus propósitos ao pesquisarem sobre o tema é bastante variada, com alguns enunciando teses e/ou hipóteses, ao passo que outros apresentam os objetivos, algumas vezes acompanhados

de questões de pesquisa, as quais, por economia de espaço, não são aqui apresentadas. Outra variação relevante é a quantidade de autores mobilizados para o tratamento das temáticas das teses, assim como o número de conceitos elencados pelo conjunto dos autores. O Quadro 2 organiza essas informações.

Quadro 2 - Temáticas, Fundamentos Epistemológicos e Teóricos, Conceitos e Categorias

Tese	Objetivos/Teses/hipóteses/questões	Referências epistemológicas e teóricas/ autores /categorias /conceitos
1	Tese: as desigualdades raciais têm na operacionalização do racismo seu mote ofensivo e poderoso ... a classe social isolada é insuficiente na compreensão e superação do problema racial do Brasil.	Autores: Stuart Hall; Nancy Fraser; Karl Marx. Materialismo histórico-dialético.
2	Tese: autonomia da categoria raça nos projetos de cotas ou reserva de vaga nas universidades públicas brasileiras.	Autores das áreas da Sociologia, do Direito, da Filosofia, da História e da Antropologia. Conceitos: justiça social; igualdade formal; igualdade concreta.
3	Compreender os aspectos que influenciam no rendimento acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas concluintes participantes do ENADE de 2013 e 2014.	Autores que tratam do ensino superior e das desigualdades sociais e econômicas. Simon Schwartzman; John Rawls. Conceito: equidade como justiça social
4	Analisar as representações de estudantes [cotistas e não cotistas] da UFES sobre o sistema de reserva de vagas e sobre os estudantes cotistas [sobre o que diz respeito ao ser estudante universitário].	Autores que tratam das Ações Afirmativas, de diversidade étnico-racial e de questões jurídicas e políticas das cotas. Teoria das Representações Sociais: Moscovici, Jodelet, Sá.
5	"...compreender a história da criação do Programa UFG. Inclui como política de AA da UFG implantada em 2009 e a transição em 2013, com a Lei nº 12.711/2012, para a política de cotas".	Autores da sociologia e que tratam do ensino superior, de desigualdade, e discriminação racial. Bourdieu; Sguissardi; João Ferreira de Oliveira; Luiz Antonio Cunha; Carlos B. Martins; Gilberto Freyre; Kabengele Munanga; John Rawls; François Dubet.
6	Tese: as ações afirmativas dirigidas à população negra nas universidades, ao provocarem desconfortos concretos em subjetividades [...], constituem-se em ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma cultura do reconhecimento [...]."	Autores que tratam de racismo; excelência acadêmica e cultura do reconhecimento; multiculturalismo; comunitarismo. Carlos Moore; Antonio Sérgio Guimarães; Michele Doebber; Stuart Hall; João Feres Júnior; Luiz Augusto Campos; Verônica Daflon; Bourdieu.
7	Objetivo - Analisar o cumprimento da legislação que dispõe sobre a inserção do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS e da Educação das Relações Étnico-Raciais	Epistemologias do Sul; Ecologia dos Saberes; Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses; Nilma Lino Gomes; Guilherme de Almeida; Kabengele Munanga.
8	Trata das percepções docentes sobre experiências subjetivas de relações raciais em um curso de medicina, de alto prestígio social, no contexto [...] de políticas de ação afirmativa de recorte racial.	Estudos críticos da branquitude e da Psicologia Social, em diálogo com o campo da Educação, com os estudos das relações raciais e o multiculturalismo crítico. Santos; Schucman; Kabengele Munanga; Stuart Hall; João Feres Júnior.
9	Avaliar os dez anos da política de ações afirmativas na UFRGS, em especial as cotas raciais [...] considerando as categorias de Inserção-adaptação e Empoderamento	Ações afirmativas; direitos humanos; democratização da universidade; educação pública; etnia; gênero; sexualidade; preconceito de marca; preconceito de origem; adaptação; inserção. Freire; Boaventura de Sousa Santos; Kabengele Munanga; Zitkoski; Angela Davis; Arabela Oliven; Carlos Moore; Maria Ely Genro; Augusto dos Santos; Albert Memmi; Paulo Renato Paim; Teresa Amal Cunha; José Maria Wiest.

Quadro 2 - Temáticas, Fundamentos Epistemológicos e Teóricos, Conceitos e Categorias

Tese	Objetivos/Teses/hipóteses/questões	Referências epistemológicas e teóricas/ autores /categorias /conceitos
10	Conhecer a influência de fatores socioeconômicos sobre os candidatos que optaram pelos cursos de Medicina da (UFMG e da UFOP) e compreender como esses fatores se articularam, condicionando o processo de escolha dos aprovados no SiSU.	Autores do campo da Sociologia da Educação. Conceitos: <i>habitus</i> ; capital econômico, capital cultural e capital social. Autores: Claudio Marques Martins Nogueira; Bourdieu; Passeron; Lahire.
11	Tese: as práticas atualmente desenvolvidas na UFPR em relação aos universitários indígenas possuem apenas algumas pautas afirmativas, necessitando de aperfeiçoamento para garantir que a equidade [e] condições concretas até integralização dos cursos.	Abordagem baseada na Psicologia Histórico-cultural. Categorias: Prática; territorialização; mediação; L. S. Vygotksy; Cohen; Bourdieu; Norbert Elias; Passeron.
12	Realizar um balanço político dos 10 anos da Lei Estadual n.14.832, de 12 de julho de 2004, com foco nas cotas raciais.	Bourdieu; Marx; Florestan Fernandes; Roger Bastide. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Conceitos: campo; cultura escolar; seleção cultural e social; capital cultural; capital simbólico; capital econômico; capital social.
13	Analisar o trabalho do professor no campo das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pressuposto: existe um silenciamento importante sobre o trabalho do professor universitário no campo das políticas de ações afirmativas.	Ideias pós-coloniais das epistemologias do sul e a ecologia de saberes. Boaventura de Sousa Santos.
14	Investiga a expansão do ensino jurídico no Brasil, seus reflexos no Estado de Mato Grosso e os programas direcionados a estudantes universitários pertencentes a minorias étnicas (afrodescendentes e indígenas).	Referenciais sobre políticas públicas e ações afirmativas. Bourdieu, John Rawls; Ronald Dworkin.
15	Acompanhar as ações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, em relação à Política de Cotas, identificando os avanços e as dificuldades vividas [...] identificar o perfil dos cotistas e suas estratégias de superação.	Autores que tratam Educação superior no contexto das políticas neoliberais. Maués, Leher, Sguissardi, entre outros.
16	Analisar como os processos de implementação das políticas de permanência de estudantes na Universidade Federal da Bahia são influenciados por dimensões/fatores relacionados à política formulada, às dinâmicas institucionais/ organizacionais e às concepções dos implementadores.	Autores do campo das políticas públicas e especificamente dos estudos de implementação. Deubel, Lipsky, Frey, Winter, Lima e Descenzi.
17	Investiga o processo de implementação da Lei de Cotas (12.711/2012) em três universidades federais do Estado de Minas Gerais.	Autores do campo das políticas públicas e que tratam de desigualdades, ações afirmativas, democratização do acesso e ensino superior. Celina Souza; Charles Tilly; Amartya Sen; Martin Trow.
18	Hipótese: tanto os discursos contrários [às cotas] quanto [os favoráveis] à efetivação das políticas se conformaram à dinâmica sociocultural do mito da democracia racial. [...] consolidou-se hegemonicamente uma perspectiva conservadora de classe social que negou o critério racial e enfraqueceu o potencial simbólico-político das políticas de ações afirmativas implantadas.	Conceito de cultura na acepção de "concepção de mundo" e a metodologia da "Abordagem Cognitiva de Política Pública". Literatura das ações afirmativas.

Quadro 2 - Temáticas, Fundamentos Epistemológicos e Teóricos, Conceitos e Categorias

Tese	Objetivos/Teses/hipóteses/questões	Referências epistemológicas e teóricas/ autores /categorias /conceitos
19	"... investigou os diferentes desafios que podem ser enfrentados por alunos cotistas negros em relação à permanência em uma universidade pública".	Autores que tratam de desigualdade social, racial e de discriminação educacional e racismo institucional. Tinto; Bean; Cabrera; Azzi; Mercuri; Moran; Guimarães; Munanga; Mohelecke; Belettati; Ezcurra
20	Compreender o estar indígena universitário e como a instituição vem se mobilizando diante de tal presença.	Decolonialidade; colonialidade do poder; colonialidade do saber; giro decolonial. Enrique Dusel; Anibal Quijano; Catherine Walsh; Edgardo Lander; Walter Mignolo; Nelson Maldonado-Torres; Rodolfo Kursh; Leonardo Garcia Carneiro.
21	Analisar os processos de afiliação institucional e intelectual de estudantes dos cursos de Direito, Engenharia Civil e Medicina da UFSC, que ingressaram na modalidade de cotas sociais e étnicas. Hipótese: ... nem sempre tal afiliação acontece entre os estudantes [não herdeiros] em fases finais ou entre aqueles que os concluem... devido a uma série de motivos, como as condições de vida e as características do ambiente acadêmico por eles acessado.	Trajetórias acadêmicas; afiliação institucional e intelectual; permanência; <i>habitus</i> ; análise das singularidades; mérito; justiça social; massificação do ensino superior. Coulon; Lahire; Bourdieu; Dubet; John Rawls; Sen; Simmel; Touraine; Coulon; Bourdieu; Sguissardi.
22	"...analisar as expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos cotistas e não cotistas [da UFBA]."	Desigualdades social e racial; raça; racismo; <i>habitus</i> ; mobilidade social; ingresso; evasão; permanência. G. R. Osório; Gilberto Freyre; Carlos Hasenbalg; Nelson do Valle Silva; Kabengele Munanga; N. L. Gomes; M. A. P. Teixeira; N. S. F. Fonseca; Bourdieu; Passeron.
23	Compreender as estratégias de acesso e permanência de jovens beneficiários das políticas de cotas, [...] suas redes de sociabilidade, os sentidos a elas atribuídos e suas perspectivas de futuro. Pressuposto: o acesso e a permanência em cursos de alta demanda nessas universidades decorrem de um conjunto de estratégias que se vão construindo individual e/ou coletivamente ao longo do processo de escolarização e socialização de modo a mantê-los inseridos e lograrem êxito na formação humana e na profissional.	Permanência material e simbólica; estratégias de desempenho acadêmico, de enfrentamento, de polarização e de asserção; capital cultural; <i>habitus</i> ; desigualdades sociais, culturais, escolares e meritocracia. Dyane Brito Reis Santos; Bourdieu; Maria Tereza G. Canezin; Alice Nogueira; Claudio M. M. Nogueira; Dubet; Passeron.
24	Investigar como o Sisú, articulado com a Lei de Cotas, influencia o processo de escolha dos cursos superiores, analisando as implicações para uma possível democratização da universidade. Hipótese: o Sisú e a Lei de Cotas têm efeitos diferentes, conforme a posição dos cursos nas hierarquias que marcam o Ensino Superior.	Democratização; democratização segregativa; desigualdades educacionais; teoria da reprodução cultural; capital cultural. Bourdieu; Maria Alice Nogueira; Passeron; Pierre Merle; Marie Duru-Bellati; Graziela Serroni Perosa.
25	[Avaliar] a compatibilidade de cada espécie de cota com os fins constitucionais autorizadores de medidas diferenciadoras... se todas as modalidades de cotas estabelecidas pela norma mencionada são válidas enquanto medidas de promoção da igualdade material.	Ciclo de Políticas; conflitos sociais; políticas de reconhecimento, redistribuição e de identidade; igualdade formal e igualdade material. Stephen Ball; Jefferson Mainardes; Axel Honneth; Nancy Fraser; Stuart Hall; Marcondes; Joaquim Benedito Barbosa Gomes; Thomas E. Weisskopf; João Feres Júnior; Angela Randolpho Paiva; Flavia Piovesan.

Quadro 2 - Temáticas, Fundamentos Epistemológicos e Teóricos, Conceitos e Categorias

Tese	Objetivos/Teses/hipóteses/questões	Referências epistemológicas e teóricas/ autores /categorias /conceitos
26	Tese: políticas de ações afirmativas na educação superior, na modalidade cotas étnico-raciais, têm possibilitado: a correção de alguns efeitos da discriminação racial (acesso à educação superior); a alteração do cenário universitário ao estremecer os padrões hegemônicos com a presença da diversidade étnico-racial	Capital cultural e capital econômico. Referenciais que fazem a interface entre educação e relações étnico-raciais. Conceito de interseccionalidade, impulsionado pelo feminismo negro (no sentido adotado por Crenshaw). Correntes teóricas afro-centradas. Autores: Aimée Cesaire, Frantz Fanon, Leon Damas e Leopold Senghor. Kabengele Munanga; N. L. Gomes.
27	Tese: as políticas de ingresso na ES (1995 a 2015) fundamentam-se em uma lógica meritocrática e competitiva, porém, contraditoriamente, oferecem possibilidades para certa democratização e inclusão na ESP.	Democratização; seleção, classificação; igualdade de oportunidades; meritocracia; C. N. Coutinho; E. M. Wood; Teresa Christina Mertens Aguiar Veloso; Dubet; Anderson Paulino da Silva; Helena Bonetto; Bourdieu; Passeron; Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani; Alfredo Macedo Gomes; João Ferreira de Oliveira; R. M. Michelotto; Dubet.
28	Compreender os percursos de formação dos jovens universitários a partir de suas vivências e experiências em cursos altamente seletivos da UFF.	Suportes existenciais; provas; vida cotidiana; Danilo Martuccelli, Albert Melucci e José Machado Pais
29	Hipótese: chegada de maior quantitativo de estudantes negros/as pelas AA exigiria adequações administrativo-burocrática e acadêmicas, além do investimento na formação de pessoas para garantir o direito à educação de qualidade, considerando as especificidades raciais desses estudantes.	Relações raciais; raça; racismo institucional; colonialismo; eurocentrismo. Boaventura de Sousa Santos; Nilma Lino Gomes; Henrique Cunha Junior; Jonathan Lyons

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas informações das teses.

No que se refere aos temas escolhidos pelos pesquisadores e seus respectivos enfoques, a despeito da variedade já mencionada em relação a outros aspectos, é possível identificar, em grandes linhas, trabalhos que fazem uma crítica de caráter mais geral à política, outros que tratam mais especificamente de aspectos da implementação, vinculados majoritariamente às vivências e desafios da permanência dos cotistas negros e indígenas no interior das instituições.

Quanto às referências teóricas, salta à vista a extensa lista de autores mencionados nas teses, abrangendo contribuições do campo sociológico, antropológico, jurídico e filosófico, além de estudos que abordam a questão racial, com as trajetórias e vivências dos cotistas no interior das instituições, em geral combinadas com a literatura relativa ao ensino superior e às ações afirmativas. No conjunto, sobressaem as referências à sociologia da educação de Pierre Bourdieu e conceitos como os de *habitus*, capital cultural, capital econômico, capital social, teoria da reprodução cultural e campo; também se destacam teses baseadas nos estudos pós-coloniais, e nos estudos de branquitude, nas Epistemologias do Sul e na Ecologia dos

Saberes, além da contribuição de Dubet e de Kabengele Munanga que trataram, mais especificamente, de temáticas relacionadas com a permanência, mobilidade social, discriminação, desigualdade e os diferentes tipos de racismo.

Registram-se também (a) estudos que buscaram verificar os sentidos atribuídos por diferentes atores, como cotistas, não cotistas, professores e gestores, e, especificamente, estudantes indígenas, sobre diferentes aspectos da vivência universitária; (b) teses baseadas em referenciais da área de políticas públicas, tanto na versão clássica, quanto na versão do *policy cycle approach* de Stephen Ball; (c) teses que incluíram referenciais da área do direito, abrangendo conceitos como equidade, constitucionalidade das cotas, igualdade formal e material, justiça distributiva e reconhecimento, entre outros aspectos; e (d) estudos que não informaram explicitamente a perspectiva teórico-epistemológica, como no caso das pesquisas de levantamento.

Quanto aos aspectos metodológicos, 17 teses utilizaram a abordagem qualitativa, 10 teses combinaram as abordagens qualitativa e quantitativa e apenas duas teses utilizaram exclusivamente a abordagem quantitativa. Para a geração e análise dos dados, foram adotados procedimentos variados, sendo as entrevistas o procedimento mais utilizado para coleta, além da análise de documentos e questionários, quando optaram pelas abordagens quantitativas ou quali-quantitativas. A análise de conteúdo baseada em Bardin ou em outros autores e a análise do discurso também foram utilizadas e, em alguns casos, informam a utilização de softwares como Atlas Ti e SPSS.

POSICIONAMENTOS DOS AUTORES A RESPEITO DAS COTAS, CRÍTICAS E SUGESTÕES

Segundo Stetsenko (2021), todas as formas de pesquisa e todas as formas e atos de ser-saber-fazer carregam consigo orientações ético-políticas específicas, relacionadas aos sistemas de valores e objetivos finais almejados. Em relação à pesquisa sobre ações afirmativas em universidades não poderia ser diferente, razão pela qual se buscou conhecer o posicionamento dos autores das teses sobre a temática, seus principais achados, assim como as críticas e sugestões que apresentam.

Cabe ressaltar, inicialmente, a clareza com que é possível identificar o comprometimento pessoal dos autores com o tema das ações afirmativas, evidenciado em diferentes momentos de seus trabalhos. Seja quando apresentam suas motivações para a escolha do tema, seja ao longo do trabalho e/ou nas conclusões e recomendações. Com segurança, é possível afirmar que são, majoritariamente, favoráveis às cotas,

embora não deixem de apresentar críticas e recomendações que variam de observações mais gerais relacionadas à própria lei e sua implementação nas IES a aspectos mais pontuais verificados no âmbito das IES em que suas pesquisas foram realizadas.

No que se refere à forma como as IES definem, conforme a Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012), os tipos de cotas adotados, destacam-se as seguintes: a adoção das cotas sociais em detrimento das cotas raciais e o racismo difuso ou explícito relatados pelos sujeitos das pesquisas no interior das instituições, envolvendo a gestão, os demais estudantes e mesmo os professores.

Nas teses em que os autores se posicionam explicitamente contra as cotas sociais, o argumento é que a violação racial independe da situação socioeconômica dos indivíduos negros. Defende-se, assim, a adoção de medidas de caráter reparatório e/ou compensatório, que possam ir além das políticas de caráter distributivo, tendo em vista que as desvantagens socioeconômicas recaem excessivamente sobre os negros (Autoras, 2022). Nessa direção, apontam a maior dificuldade de acesso e permanência nos cursos mais elitizados, como os de Medicina e Engenharia, a concorrência desleal com estudantes procedentes dos institutos federais e criticam o papel do Sisu e do Enem como determinantes da escolha dos cursos.

Defendem também a ampliação de vagas para indígenas em todas as áreas, que as cotas remanescentes sejam destinadas aos negros, mesmo que não contemplem o critério de renda e mais justiça nos processos seletivos, que têm favorecido estudantes provenientes de escolas públicas de elite, como os Institutos Federais, por exemplo. Mencionam, como problemas internos às IES, a presença do racismo institucional e o despreparo do corpo docente para lidar com a nova configuração de estudantes encontrada nas salas de aula e no ambiente universitário como um todo. Neste caso, a sugestão que apresentam é a de melhor preparação do corpo docente para uma realidade inclusiva e diversificada.

Para o acompanhamento pedagógico dos estudantes, os autores sugerem a realização de estudos comparativos dos rendimentos obtidos pelos estudantes cotistas e pelos não cotistas e entre os diferentes cursos, visando identificar os fatores que podem proporcionar melhores rendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa reforçam a relevância da política de cotas, apresentam problemas e desafios que precisam ser enfrentados para que estas políticas de inclusão sejam efetivas e apresentam sugestões dos autores para o aperfeiçoamento da Lei e para minimizar as inúmeras dificuldades que os estudantes cotistas enfrentam especialmente nos ambientes internos das Instituições.

Como demonstrado na seção anterior, ainda que todos sejam favoráveis à política de cotas, identificam problemas relacionados à sua implementação, tanto no que se refere ao acesso, quanto à permanência, comprometendo tanto a dimensão da disponibilidade (Mc Cowan, 2016), quanto as demais dimensões, relacionadas à conclusão dos cursos com sucesso, acesso a diplomas mais valorizados e consequentemente o efetivo exercício do direito à educação superior.

A Lei n. 12.711/2012⁶ (BRASIL, 2012) foi revisada e gerou a publicação de uma nova Lei, em 13 de novembro de 2023, a de n. 14.723/2023 (BRASIL, 2023). Assim, alguns dos desafios apresentados pelos autores das teses poderão ser enfrentados ou, ao menos, minimizados.

Sugestões como a da ampliação de vagas para indígenas e de uma revisão dos percentuais estabelecidos pela Lei para os negros e indígenas de determinados Estados do país, e ainda que as cotas cheguem à pós-graduação foram contemplados pela nova lei. A nova Lei prevê atualização anual da proporção de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em cada Estado.

Os autores sugeriam que as cotas chegassem até a Pós-Graduação e se consolidassem a outros setores públicos e privados, o que também está contemplado na nova Lei (BRASIL, 2023), que determina que as IFES promovam políticas para inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação.

Autores criticavam o fato de que, no caso do não preenchimento das vagas pelos estudantes cotistas da classe social mais vulnerável, estas não poderem ser destinadas aos estudantes negros das classes média e alta. No que se refere às vagas remanescentes, a nova legislação determina que, caso as vagas estabelecidas nas subcotas não sejam preenchidas, seja dada prioridade primeiramente a outras subcotas e somente depois, para estudantes de escolas públicas de modo geral.

A nova Lei também determina que os estudantes disputem inicialmente as vagas destinadas à ampla concorrência e somente no caso de não atingirem a nota, passem a concorrer pelas cotas; altera a renda máxima para concorrer pelas cotas, passando de um salário-mínimo e meio para um salário-mínimo *per capita*; os quilombolas passam a ter direito às vagas destinadas aos cotistas, determina a avaliação e não mais a revisão do Programa a cada dez anos, e prevê que este seja anualmente monitorado.

6 Garante que metade das vagas em Institutos e Universidades Federais seja reservada para ex-alunos da rede pública de ensino e prevê outras duas subcotas: para estudantes de baixa renda; e para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Como vimos, ainda que seja fundamental o estímulo, a facilitação ou a garantia ao Ensino Superior por meio da reserva de vagas para o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais, garantir a permanência do estudante, visando a que conclua o curso com êxito são igualmente fundamentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012, p. 1 (texto original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 8 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 2-23 p. 5, col. 1 (texto original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14723.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

DAFLON, V. T.; FERES-JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações Afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**. V. 43. N. 148. p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MBtLrKDNWYWY8ntQDwBSGYb/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DUBET, F. Qual Democratização do Ensino Superior? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cr4ZVVQDwgYGpPXbgYCpWDC/?format=pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/705>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MAINARDES, J. **A metapesquisa no campo da Política Educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos**. Cap. 1, *In*: MAINARDES, J. (Org.). Metapesquisa no campo da Política Educacional. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 19-43

McCOWAN, T. O Direito Universal à Educação: silêncios, riscos e possibilidades. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uepg.br>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnv8FQsVZzFH/?format=pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

STETSENKO, A. Ético-ontoepistemologia ativista: Pesquisa e estudo de resistência. Trad. J. Bridon. In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (org.), **Ética e pesquisa em educação: Subsídios**. v. 2, 1ª ed. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: ANPEd. 2021, p. 20-30. Disponível em: https://legado.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_v._2_agosto_2021.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

TONIETO, C.; FÁVERO, A. A. A pesquisa em Política Educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010-2012). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14901.030>.

SOBRE OS AUTORES

Elizabeth da Silva Guedes

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa). Cientista Social e Pedagoga. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância. Servidora Técnica-administrativa em Educação lotada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora tutora no Curso de Pedagogia a Distância da UNIRIO, em consórcio com o Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ).

E-mail: elizabethguedes1@gmail.com

Laélia Portela Moreira

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestra em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE/FGV-RJ Pós-doutorado na UEPG, supervisionado pelo prof. Dr. Jefferson Mainardes. Docente do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso).

E-mail: moreira.laelia@gmail.com.

Recebido em: 11/12/2023

Aprovado em: 11/08/2024